



Estratégia
Carreira Jurídica

2° SIMULADO

PGM GUARUJÁ



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PGM - Guarujá;
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca examinadora do concurso, a VUNESP.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-PGM-Guarujá-08-03>

Cartão de Respostas					
1		21		41	61
2		22		42	62
3		23		43	63
4		24		44	64
5		25		45	65
6		26		46	66
7		27		47	67
8		28		48	68
9		29		49	69
10		30		50	70
11		31		51	71
12		32		52	72
13		33		53	73
14		34		54	74
15		35		55	75
16		36		56	76
17		37		57	77
18		38		58	78
19		39		59	79
20		40		60	80

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

01. O preâmbulo da Constituição Federal assim dispõe: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.” Extraí-se do preâmbulo a expressão do poder constituinte:

- a) Derivado decorrente.
- b) Derivado reformador.
- c) Originário reformador.
- d) Originário.
- e) Promulgador.

02. No que concerne aos princípios fundamentais da Constituição Federal, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

- a) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- b) garantir o desenvolvimento nacional.
- c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- d) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) assegurar a todos o acesso à informação, resguardando o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

03. A Emenda Constitucional nº 72 de 2013 passou a assegurar aos trabalhadores domésticos alguns dos direitos previstos no art. 7º da Constituição Federal, dentre os quais não se encontra o(a)

- a) salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
- b) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa
- c) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;
- d) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- e) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

04. Considere

I. São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, o selo e o brasão militar.

II. São cargos privativos de brasileiro nato os de Presidente do Senado Federal e de oficial das Forças Armadas.

III. São considerados brasileiros naturalizados, os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

IV. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e de

imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

05. Tendo em vista o regramento constitucional, não é competência dos Municípios:

- a) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- b) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- c) dispor, diretamente ou por concessão, sobre o serviço local de gás canalizado.
- d) prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

06. De acordo com a Constituição Federal, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado

- a) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.
- b) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco), ou aos 70 (setenta) anos de

idade anos de idade, na forma da lei complementar.

c) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.

d) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco), ou aos 70 (setenta) anos de idade anos de idade, na forma da lei complementar.

e) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 80 (oitenta) anos de idade, na forma da lei complementar.

07. No que compete ao processo legislativo, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

b) Nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público é admitido aumento da despesa prevista.

c) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.

d) O Presidente da República não poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

e) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

08. Compete privativamente ao Presidente da República, exceto:

- a) nomear, após aprovação pelo Congresso Nacional, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.
- b) nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- c) dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- d) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- e) declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.

09. Nos termos da Constituição Federal, não pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade

- a) o Presidente da República.
- b) o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- c) partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) os Conselho Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil.
- e) a Mesa do Senado Federal.

10. Dispõe que ao interpretar um ato normativo que admite vários significados ou sentidos deve-se preferir a interpretação que mais se aproxime da Constituição é o princípio da

- a) força normativa.
- b) unidade da constituição.
- c) máxima efetividade.
- d) interpretação conforme.
- e) conformidade ou justeza.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. São atributos do poder de polícia:

- a) vinculação, coercibilidade e legalidade.
- b) razoabilidade, proporcionalidade e delegabilidade.
- c) discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.
- d) coercibilidade, vinculação e autoexecutoriedade.
- e) hierarquia, proporcionalidade e legalidade.

12. Com relação às agências reguladoras, é correto afirmar:

- a) O controle externo das agências reguladoras será exercido pelo Ministério ao qual está subordinada.
- b) As reuniões deliberativas do conselho diretor ou da diretoria colegiada da agência reguladora serão sigilosas.
- c) Serão objeto de consulta pública, logo após à tomada de decisão pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada, as minutas e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados.
- d) No exercício de suas competências definidas em lei, duas ou mais agências reguladoras poderão editar atos normativos conjuntos dispondo sobre matéria cuja disciplina envolva agentes econômicos sujeitos a mais de uma regulação setorial.
- e) A agência reguladora, por decisão do seu diretos, poderá convocar audiência pública para formação de juízo e tomada de decisão sobre matéria considerada relevante.

13. Formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos. Trata-se de:

- a) protocolo de intenções.
- b) contrato de rateio.
- c) termo de parceria.
- d) acordo de cooperação.
- e) contrato de gestão.

14. Com relação à organização social (OS) e à organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), é correto afirmar:

- a) As organizações sociais são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- b) O Poder Executivo poderá qualificar como OSCIP pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos na Lei.
- c) O Termo de Parceria é considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações sociais destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas na Lei.
- d) Podem qualificar-se como Organizações Sociais as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela Lei.
- e) A execução do contrato de gestão será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

15. Marta foi aprovada na 6º colocação para um concurso público realizado pela Prefeitura do Município de Guarujá. O edital do concurso oferecia 4 vagas. Os quatro primeiros colocados tomaram posse e começaram a exercer a função. Durante o prazo de validade do concurso, 3 servidores aposentaram-se. Diante do surgimento das novas vagas, e havendo dotação orçamentária para a nomeação de novos servidores, o Prefeito Municipal resolveu realizar novo concurso. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Marta somente teria direito subjetivo à nomeação caso fosse aprovada dentro do número de vagas, no certame.
- b) O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo durante o prazo de validade do certame anterior gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital.
- c) Reconhece-se, excepcionalmente, o direito subjetivo à nomeação de Marta, pois houve, dentro da validade do processo seletivo e, também, logo após expirado o referido prazo, manifestação inequívoca da Administração acerca da existência de vagas e, sobretudo, da necessidade de chamamento de novos servidores.
- d) Marta não possui direito subjetivo à nomeação, ainda que houvesse preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação.
- e) Marta não possui direito à nomeação, se for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior.

16. A extinção dos atos administrativos pode ocorrer por manifestação de vontade da Administração Pública, tendo em vista razões de legalidade ou de mérito administrativo, conveniência e oportunidade. Nesse sentido, é correto afirmar:

a) A cassação é a extinção do ato administrativo quando a situação nele contemplada não é mais tolerada pela nova legislação.

b) A anulação é a extinção do ato administrativo por descumprimento das condições fixadas pela Administração ou ilegalidade superveniente imputada ao beneficiário do ato.

c) A caducidade é a invalidação do ato administrativo editado em desconformidade com a ordem jurídica.

d) A cassação representa sanção ao administrado, razão pela qual deve ser precedida de ampla defesa e contraditório.

e) A anulação opera efeitos ex nunc com o intuito de evitar a produção de efeitos antijurídicos pelo ato em afronta ao princípio da legalidade.

17. O Município de Guarujá, através de decreto do Prefeito, instituiu uma unidade de conservação ambiental cuja área de abrangência incluiu o imóvel de Afonso, o que gerou a imposição de inúmeras restrições ao uso da propriedade, havendo, inclusive, restrições ao direito de construir. Diante desse cenário, Afonso ajuizou uma ação de desapropriação indireta contra o Município pedindo o pagamento de indenização. Nessa situação, é correto afirmar:

a) a ação deverá ser julgada procedente, uma vez que é cabível reparação decorrente de limitação administrativa, em ação de desapropriação indireta.

b) a ação deve ser julgada procedente, uma vez que é cabível reparação decorrente de servidão administrativa, em ação de desapropriação indireta.

c) a ação deve ser extinta sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita, uma vez que a ação de desapropriação indireta possui natureza real e não serve para discutir indenizar decorrente de limitação administrativa.

d) a ação deve ser julgada improcedente, uma vez que não se trata de desapropriação indireta, mas de limitação administrativa, que, pelo seu caráter geral, não é indenizável.

e) a ação deve ser julgada improcedente, uma vez que não se trata de desapropriação indireta, mas de servidão administrativa, a qual não gera indenização.

18. “A Administração aceita como colaborador todos aqueles que, atendendo as motivadas exigências públicas, manifestem interesse em firmar contrato ou acordo administrativo.” (TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de Licitações Públicas comentadas. Salvador: Juspodivm, 2019, p. 348). O trecho refere-se:

a) à dispensa de licitação.

b) ao pregão.

c) ao registro de preços.

d) ao credenciamento.

e) à inexigibilidade de licitação.

19. Foi constatado que uma empresa concessionária de transporte público coletivo no Município de Guarujá vem prestando o serviço público que lhe foi concedido de modo deficiente. Os ônibus utilizados estão velhos e desgastados, os atrasos nos horários são recorrentes, e o tratamento ao usuários é descortês. A inadequação foi comunicada à concessionária, mas as falhas seguiram. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Deverá ser instaurado procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, para declarar a encampação.

b) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, excetuados os direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

c) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de anulação da concessão ou a aplicação das sanções contratuais.

d) Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, após indenização prévia, calculada no decurso do processo.

e) Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

20. De acordo com a jurisprudência pátria, é correto afirmar:

a) É legítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.

b) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.

c) Prescreve em três anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.

d) É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, independentemente de autorização do juízo competente, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

e) Súmula 611 - Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder disciplinar imposto à Administração.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre normas fundamentais, assinale a alternativa correta:

a) o Neoconstitucionalismo caracteriza-se essencialmente como um rompimento tanto com a tradição constitucional europeia quanto com a norte-americana.

b) Os processos sujeitos a sentença terminativa sem resolução de mérito ficam excluídos da regra que determina a ordem cronológica de conclusão para a sentença.

c) As condições da ação regem-se pela lei vigente à data de propositura da contestação.

d) As disposições de direito probatório atingirão as provas produzidas a partir da data de início de vigência do CPC/15.

e) Será possível, em qualquer grau de jurisdição, a prolação de decisão sem que se dê às partes oportunidade de se manifestar, se for matéria da qual o juiz deva decidir de ofício.

22. Assinale a alternativa incorreta em relação à Jurisdição:

a) Pelo princípio da congruência, o magistrado está limitado, na sua decisão, aos fatos jurídicos alegados e ao pedido formulado

b) Segundo o convencimento motivado, o juiz pode decidir, fundamentadamente, de acordo com sua convicção jurídica, observando os fatos e as provas existentes no processo.

c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, em nenhuma hipótese.

d) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que houver ocorrido a violação do direito.

e) Em qualquer hipótese, é vedada a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira.

23. Analise as alternativas sobre a competência:

I) A competência em razão do valor da causa será sempre critério relativo, nunca absoluto.

II) A competência funcional equipara-se à competência territorial, sendo ambas consideradas competência absoluta.

III) Fixada a competência no momento do registro ou distribuição da petição inicial, a alteração da competência absoluta poderá determinar sua modificação.

IV) Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência já fixada.

a) Apenas os itens I e II estão corretos. b) Apenas os itens I, III e IV estão corretos. c) Apenas os itens III e IV estão corretos. d) Apenas os itens I

2º Simulado PGM - Guarujá – 08/03

e IV estão corretos. e) Todos os itens estão corretos.

24. Marque a alternativa correta a respeito da ação e pressupostos processuais:

a) O vício de citação representa ausência de um pressuposto processual de existência e não de validade.

b) Friedrich Carl Von Savigny, jurista alemão que se dedicou ao estudo profundo do direito romano, é citado pela doutrina como um adepto da teoria abstrativista, em decorrência da concepção de que se opera uma metamorfose no direito material quando lesado, transformando-se, assim, na actio.

c) a legitimidade de parte deixou de ser uma condição da ação e passou a ser analisada como questão prejudicial. Sendo assim, tal legitimidade provoca decisão de mérito.

d) O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.

e) pretendendo ajuizar ação referente a direito real mobiliário, o consentimento do cônjuge será indispensável, caso eles sejam casados em regime matrimonial diverso do de separação absoluta de bens.

25. Assinale a alternativa correta em relação às multas, gratuidade e honorários:

a) A multa por ato atentatório à dignidade da justiça é aplicável às partes e aos seus procuradores.

b) São devidos honorários advocatícios, nos termos do Código de Processo Civil, na apelação de sentença denegatória de mandado de segurança.

c) Os procuradores municipais não podem perceber honorários de sucumbência.

d) Os limites e critérios para a fixação de honorários nas causas em que a Fazenda Pública for parte aplicam-se inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.

e) é possível a concessão parcial de gratuidade de justiça, mas não o seu deferimento quando a parte estiver patrocinada por advogado particular.

26. Assinale a alternativa correta sobre litisconsórcio e intervenção de terceiro.

a) A ação de reparação de dano exige a formação de litisconsórcio passivo necessário em que deverão figurar como demandados o servidor e o Estado.

b) O chamamento ao processo é possível em processo de execução.

c) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica poderá ser instaurado a pedido do Ministério Público e sempre suspende o processo.

d) Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência pode ser manifestado por apenas alguns dos litisconsortes.

e) não se conta em dobro o prazo para recorrer, quando só um dos litisconsortes haja sucumbido.

27. Analise os itens abaixo:

I - A tutela provisória de urgência exige, além do perigo da demora, prova pré-constituída das alegações de fato em que se funda o autor.

II - o autor tem o ônus de alegar eventual desinteresse na designação de audiência de conciliação ou mediação, sob pena de ser presumido seu interesse na tentativa de autocomposição.

III - Se o réu for revel e ocorrer os efeitos da revelia, não havendo requerimento para produção de outras provas, o juiz poderá proceder ao julgamento antecipado do mérito do processo

IV - o autor, depois da citação, poderá aditar ou alterar o pedido ou causa de pedir, hipótese em que, desde que assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação no prazo mínimo de quinze (15) dias, não será exigido consentimento do demandado.

a) Todos os itens são corretos.

- b) Todos os itens são incorretos.
- c) Apenas os itens II e III são corretos.
- d) Apenas os itens I e IV são corretos.
- e) Apenas os itens II e IV são corretos.

28. É correto:

- a) A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião, sendo que dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos poderão constar da ata notarial.
- b) A distribuição do ônus da prova está fixada nos termos da lei e não caberá às partes defini-lo de outra maneira em nenhuma hipótese.
- c) O juiz resolverá o mérito quando verificar a impossibilidade jurídica do pedido do autor e a ausência de interesse de agir.
- d) O juiz resolverá o mérito da lide, quando em caso de morte do autor, a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- e) Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, nem tampouco, se demandado, alegar em defesa o seu direito.

29. São corretas as assertivas, exceto:

- a) Tratando-se de relação jurídica continuativa, sobrevindo modificação no estado de fato ou de direito, poderá ser revista a decisão, mesmo que já ocorrida a coisa julgada.
- b) Segundo o STJ, havendo duas coisas julgadas conflitantes, prevalece a segunda.
- c) São considerados títulos executivos judiciais a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.
- d) quando se alegar excesso de execução, é ônus da parte, sob pena de não ser conhecida a alegação, indicar desde logo o valor que entenda correto, mediante demonstrativo, ainda que

entenda que a apuração dependa de prova pericial.

e) Se a parte desiste de recurso que interpôs contra sentença que julgou o mérito, a desistência não impedirá a análise de questão objeto de julgamento de recurso especial repetitivo.

30. Sobre processo nos Tribunais e meios de impugnação, é correto:

- a) Os julgadores que já tiverem votado, ocorrendo o novo julgamento na mesma sessão, não poderão rever seus votos, pois como ocorre prosseguimento do julgamento, somente serão colhidos os votos dos novos integrantes convocados para a sessão.
- b) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando violar manifestamente norma jurídica.
- c) A alegação de que a causa difere da anteriormente julgada em precedente vinculante, e a alegação de que o referido precedente se encontra superado são denominadas, respectivamente, de Overruling e Distinguishing.
- d) Os recursos impedem, em regra, a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido contrário.
- e) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo da eficácia da decisão e do prazo para a interposição de outros recursos.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

31. Quanto ao Processo Civil Coletivo, é correta a seguinte afirmação:

a) Ainda que mais de um legitimado proponha ação coletiva em defesa do mesmo interesse coletivo, não se configura a litispendência, por não existir a identidade de parte ativa.

b) A Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

c) Uma pessoa que não tenha participado de ação civil pública como litisconsorte não pode beneficiar-se do resultado favorável e promover a execução individual.

d) A sentença proferida fará coisa julgada erga omnes, ainda quando julgada improcedente por falta de provas.

e) As ações coletivas que versem sobre direitos difusos e direitos coletivos em sentido estrito induzem litispendência para as ações individuais.

32. Julgue as alternativas relacionadas ao Processo Coletivo:

I) gratuitas as seguintes ações constitucionais: mandado de segurança, ação popular, habeas data e habeas corpus.

II) a legitimidade das associações para representar os interesses dos associados em ações coletivas depende de autorização expressa dos associados, salvo no que diz respeito ao mandado de segurança coletivo, que independe de autorização.

III) O termo inicial do prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança no qual se discuta regra editalícia que tenha fundamentado eliminação em concurso público é a data da publicação do edital.

IV) O princípio da integração deriva de construção doutrinária e jurisprudencial, aludindo à possibilidade de integração das diversas fontes normativas do microsistema processual coletivo, de modo a possibilitar a solução integral da lide coletiva.

a) os itens II e IV estão corretos. b) os itens I e III estão corretos. c) apenas o item II está incorreto. d) Apenas o item IV está correto. e) nenhum item está correto.

33. Sobre a tutela coletiva, assinale a assertiva correta:

a) A requerimento de qualquer das partes, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo para uma das turmas julgadoras.

b) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito e aplicará multa à desistente.

c) sendo comprovada a conduta ilícita e tendo em vista a prática de ato que, concomitantemente, importa em enriquecimento ilícito (art. 9º) e atentado aos princípios da Administração Pública (art. 11), são cumuláveis as sanções.

d) A ação popular prescreve em 10 anos.

e) Se ACP for ajuizada em comarca diversa daquela em que tiver ocorrido o dano, o juízo deverá declinar, de ofício, de sua competência.

34. Assinale a alternativa incorreta:

a) direitos difusos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

b) direitos coletivos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

c) direitos individuais homogêneos são os decorrentes de origem comum.

d) a conflituosidade do processo coletivo será maior nos litígios coletivos de difusão global e maior nos de difusão irradiada.

e) ajuizada ação coletiva atinente a macrolide geradora de processos multitudinários, suspendem-se as ações individuais, no aguardo do julgamento da ação coletiva.

35. Considere:

I. Em termos de direitos individuais homogêneos, temos o sistema de inclusão (opt-in), em que os interessados são automaticamente atrelados à decisão coletiva, se não houver manifestação.

II. No Brasil, com a redemocratização e o fortalecimento dos órgãos judiciários, o legislador adotou medidas de cunho restritivo do direito de ação e previsão de mecanismos de autocomposição. Contudo, não se verificou a edição de nenhuma lei a tratar do processo coletivo, por se entender o processo individual mais célere.

III. Atualmente, com o recrudescimento das relações de massa, multiplicando-se as lesões sofridas pelas pessoas, as ações coletivas cumprem o papel de propiciar que a totalidade, ou, pelo menos, uma quantidade significativa da população, alcance seus direitos.

IV. Ainda hoje, no ordenamento jurídico brasileiro, as ações coletivas permanecem sendo tratadas apenas por leis extravagantes desprovidas de unidade orgânica.

Acerca da tutela coletiva, está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I e IV.
- e) I, III e IV.

DIREITO TRIBUTÁRIO

36. No tocante ao ICMS, e de acordo com a Constituição Federal, lei estadual pode definir como fato gerador:

- a) operações que destinem ao exterior ouro, excluído aquele definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- b) energia elétrica contratada, ainda que não utilizada.
- c) Entrada de computadores importados do exterior, ainda que por pessoa física que não seja contribuinte habitual do imposto.
- d) Prestação de serviço de comunicação e de transporte intramunicipal e intermunicipal.
- e) Prestações que envolvam salvados de sinistro pelas seguradoras.

37. O município X realizou obra pública, sendo que o total da despesa realizada foi de R\$ 1.000.000,00. A obra acarretou valorização imobiliária de R\$ 20.000,00 para os imóveis comerciais, R\$ 10.000,00 para os imóveis residenciais e R\$ 5.000,00 para os terrenos não edificadas. Diante disso, o Município resolveu instituir cobrança de melhoria. De acordo com o CTN, é correto afirmar que:

- a) A contribuição de melhoria só pode ser cobrada até o limite de R\$ 5.000,00 para cada um dos imóveis beneficiados.
- b) A contribuição de melhoria só pode ser cobrada até o limite de R\$ 10.000,00 para cada um dos imóveis beneficiados.
- c) A contribuição de melhoria só pode ser cobrada até o limite de R\$ 20.000,00 para cada um dos imóveis beneficiados.
- d) O valor total arrecadado não pode superar o montante de R\$ 1.000.000,00.
- e) O valor total arrecadado não pode superar o limite global multiplicado pelo número de imóveis beneficiados pela obra pública.

38. Sobre a legislação tributária, assinale a alternativa incorreta.

a) A legislação tributária se aplica imediatamente aos fatos geradores futuros, com relação à obrigação tributária principal; e aos fatos geradores futuros, pendentes e passados com relação à obrigação tributária acessória, salvo, nessa última hipótese, se a obrigação acessória tiver sido instituída por um ato infralegal.

b) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando seja expressamente interpretativa.

c) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de definir determinada conduta como infração, salvo se o ato tiver sido definitivamente julgado.

d) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

e) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

39. Sobre o princípio da anterioridade, assinale a alternativa incorreta:

a) O Princípio da anterioridade tem origem no antigo princípio da anualidade, não mais vigente no direito brasileiro. Pelo princípio da anualidade, a cobrança de um tributo estava condicionada à prévia autorização orçamentária.

b) Há duas modalidades de anterioridade prevista no texto constitucional: a anterioridade anual ou anterioridade de exercício, prevista no artigo 150, inciso III, alínea b; e a anterioridade nonagesimal ou noventena, prevista no artigo 150, inciso III, alínea c e no § 6º do artigo 195 da Constituição Federal.

c) Todos os tributos que aparecem como mitigações ao princípio da legalidade também são exceções ao princípio da anterioridade anual.

d) Todos os tributos que aparecem como exceções ao princípio da anterioridade anual são também mitigações ao princípio da legalidade.

e) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

40. Sobre os empréstimos compulsórios, julgue os itens a seguir:

I) O empréstimo compulsório se enquadra no conceito de tributo trazido pelo artigo 3º do Código Tributário Nacional, tratando-se de: i) uma prestação pecuniária; ii) de caráter compulsório; iii) cuja natureza é não sancionatória; iv) instituída por meio de lei; v) cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

II) Apenas a União pode instituir empréstimos compulsórios e apenas pode fazê-lo por meio de lei complementar, cujo quórum de aprovação é maior do que o de uma lei ordinária.

III) Diferentemente do que ocorre com os impostos, a Constituição Federal não disse quais as bases econômicas possíveis de serem tributadas por um empréstimo compulsório, limitando a afirmar o que ou quais as situações que autorizam a sua instituição. Portanto, entende-se que o legislador pode criar um empréstimo compulsório que seja vinculado a uma atividade estatal ou um empréstimo compulsório que não seja vinculado a uma atividade estatal.

a) Estão corretas apenas as afirmativas dos itens II e III

b) Estão corretas apenas as afirmativas dos itens I e III

c) Estão corretas apenas as afirmativas dos itens I e II

d) Nenhuma alternativa está correta.

e) Todas as alternativas estão corretas.

41. Sobre domicílio tributário, assinale a alternativa incorreta:

a) Se as pessoas jurídicas de direito público não escolherem seu domicílio tributário, o domicílio é o de qualquer de suas repartições no território da entidade tributada.

b) Como regra geral, o domicílio tributário do sujeito passivo é aquele local que ele próprio escolheu.

c) Se pessoa natural não escolher seu domicílio tributário, será considerado como tanto a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.

d) Se a pessoa jurídica não escolher seu domicílio tributário, será considerado como domicílio o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento

e) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

42. De acordo com a jurisprudência do STJ, é incorreto afirmar que:

a) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.

b) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.

c) Embora a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitua o crédito tributário, deve o fisco realizar o lançamento tributário antes de inscrever o crédito em dívida ativa e ingressar com a ação de execução fiscal.

d) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.

e) A mera discussão judicial da dívida, sem garantia idônea ou suspensão da exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151 do CTN, não obsta a inclusão do nome do devedor no CADIN.

DIREITO FINANCEIRO

43. A respeito do regime de pagamento dos precatórios judiciais, é correto afirmar, com base na legislação nacional e no entendimento dos tribunais superiores, que

a) a preferência em favor do pagamento dos créditos de natureza alimentícia não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.

b) é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 31 de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

c) não é admitido o fracionamento de precatório para fins de pagamento prioritário, até o valor equivalente ao triplo do valor fixado em lei como obrigação de pequeno valor, de débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade.

d) mediante expressa anuência do ente devedor, o credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, devendo ainda homologar a referida cessão junto ao Poder Judiciário, para fins de eficácia.

e) O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime fiscal e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça por improbidade administrativa.

44. Assinale a alternativa correta, conforme decisões do STF e STJ.

- a) Cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.
- b) Incidem juros de mora entre a inclusão do precatório no orçamento e o efetivo pagamento dentro do exercício financeiro seguinte à sua apresentação.
- c) A exceção prevista no art. 100, § 1º da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, dispensa a expedição de precatório, e são isentos da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.
- d) A Fazenda Pública não pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.
- e) Os atos do presidente do tribunal que disponham sobre processamento e pagamento de precatório não têm caráter jurisdicional.

45. O estado da Federação que ultrapassar o limite percentual da receita corrente líquida com despesa total de pessoal, estabelecido por lei complementar, deverá adotar medidas para reconduzir as despesas ao limite, conforme disposto na Constituição Federal de 1988.

Assinale a opção que indica medidas previstas na legislação e que poderão ser adotadas pelo estado nessa situação.

- a) exoneração de servidores não estáveis e redução em, pelo menos, 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança
- b) extinção de cargos em comissão e exoneração de servidores não estáveis
- c) redução dos salários de servidores não estáveis e proibição do pagamento de horas extras
- d) extinção de funções de confiança e exoneração de servidores não estáveis
- e) redução em, pelo menos, 20% das despesas com servidores estáveis e exoneração de servidores não estáveis.

DIREITO CIVIL

46. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar:

- a) negócio jurídico processual.
- b) termo de ajustamento de conduta.
- c) mediação.
- d) compromisso com os interessados.
- e) conciliação.

47. Em 20/03/2013, Marina e Miriam celebraram um contrato de depósito, no qual Miriam receberia o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para guardar, pelo prazo de 1 (um) ano, o carro de Marina, uma vez que esta iria passar esse período em viagem ao exterior. Em 10/05/2014, quando Marina retornou de viagem, Miriam se recusou a devolver o automóvel. Em 01/08/2018, Marina desejou obter a reparação pelo inadimplemento contratual. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) a ação está prescrita, uma vez que o prazo era de 2 anos.
- b) a ação está prescrita, uma vez que o prazo era de 3 anos.
- c) a ação está prescrita, uma vez que o prazo era de 4 anos.
- d) a ação não está prescrita, pois o prazo é de 5 anos.
- e) a ação não está prescrita, pois o prazo é de 10 anos.

48. De acordo com a jurisprudência pátria, a proteção dada à impenhorabilidade do bem de família se aplica a:

- a) vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis.
- b) bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.
- c) o único imóvel comercial do devedor que esteja alugado quando o valor do aluguel é destinado unicamente ao pagamento de locação residencial por sua entidade familiar.
- d) quando os únicos sócios da empresa devedora são os titulares do imóvel hipotecado, sendo ônus dos proprietários a demonstração de que a família não se beneficiou dos valores auferidos.
- e) hipoteca não registrada.

49. Bem imóvel urbano, vinculado ao Sistema Financeiro Habitacional e registrado em nome do banco estatal que possua personalidade jurídica de direito privado e atue como agente financeiro na implementação da Política Nacional de Habitação:

- a) não pode ser adquirido por usucapião.
- b) poderá ser adquirido por usucapião extraordinária, que requer posse de boa-fé, pelo prazo de 15 anos.
- c) poderá ser adquirido por usucapião especial urbana, que requer posse ininterrupta, pelo prazo de 5 anos, de uma área de até 250 m² utilizada como moradia.
- d) poderá ser adquirida por usucapião familiar, que requer 5 anos de posse ininterrupta, de área de até 250m².
- e) poderá ser adquirida por usucapião especial coletiva, que requer posse ininterrupta, pelo prazo de 5 anos, por um grupo de pessoas.

50. Com relação aos registros públicos, é correto afirmar:

- a) A naturalidade deverá ser do Município em que ocorreu o nascimento, desde que localizado em território nacional.
- b) Os oficiais são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem, por culpa ou dolo, aos interessados no registro.
- c) A responsabilidade civil dos oficiais depende da criminal pelos delitos que cometerem.
- d) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de trinta dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.
- e) As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão obrigatoriamente registradas no lugar do nascimento.

DIREITO EMPRESARIAL

51. Assinale a alternativa que apresenta o conceito correto de empresário:

- a) Considera-se empresário quem exerce atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- c) Considera-se empresário quem exerce esporadicamente atividade econômica para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- d) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- e) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

52. NÃO é sociedade unipessoal:

- a) Sociedade subsidiária integral.
- b) Empresa pública.
- c) Sociedade unipessoal de advocacia.
- d) Empresa individual de responsabilidade limitada.
- e) Sociedade unipessoal limitada.

53. Assinale a alternativa que identifica título de crédito causal:

- a) Letra de câmbio.
- b) Cheque.
- c) Duplicata.
- d) Nota promissória.
- e) Cheque endossado.

DIREITO DO TRABALHO

54. No que se refere às fontes e aos princípios do Direito Individual do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) Nas lides em que se discute o efetivo término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, o ônus de prova recairá sobre o empregado, em razão do princípio do princípio do *in dubio pro societate*.
- b) Em decorrência do *jus variandi* patronal, a alteração de cláusula do regulamento empresarial atinge seus trabalhadores indistintamente.
- c) Fontes formais são aquelas relacionadas ao momento pré-jurídico, influenciando e inspirando a atuação legislativa.
- d) Sentenças normativas e laudos arbitrais são considerados fontes autônomas.
- e) Acordos e Convenções Coletivas do Trabalho são fontes autônomas, sendo que aqueles sempre prevalecerão sobre as convenções.

55. O princípio da inalterabilidade contratual lesiva proíbe, como regra, alterações prejudiciais aos empregados. No entanto, ao empregador é facultado determinar ao empregado que reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança. A respeito da reversão, assinale a alternativa correta tomando por base os ditames da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

- a) considera-se alteração unilateral.
- b) assegura ao empregado revertido o direito à manutenção do pagamento da gratificação de função, qualquer que sejam as circunstâncias da reversão.
- c) assegura ao empregado revertido o direito à manutenção do pagamento da gratificação de função, caso a tenha percebido por dez anos ou mais.
- d) assegura ao empregado revertido o direito à manutenção do pagamento da gratificação de função, caso a tenha percebido por cinco anos ou mais.
- e) não assegura ao empregado revertido o direito à manutenção do pagamento da gratificação de função, independentemente do tempo de exercício da respectiva função ou do motivo da reversão.

56. Considere as seguintes situações:

- I. ausência por 1 dia em razão da doação voluntária de sangue, a primeira nos últimos 12 meses.
- II. intervalo para repouso e alimentação.
- III. ausência por 2 semanas em razão de aborto não criminoso, devidamente comprovado.
- IV. ausência por 3 dias consecutivos em razão de casamento do empregado.

Considera-se interrupção contratual apenas as seguintes hipóteses:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I e IV.

57. Não é hipótese ensejadora da dispensa com justa causa do empregado:

- a) ato de improbidade.
- b) mau procedimento.
- c) condenação cível transitada em julgado.
- d) violação de segredo da empresa.
- e) ofensas físicas praticadas no serviço, contra qualquer pessoa, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

58. O empregado que teve quinze faltas injustificadas em determinado período aquisitivo terá direito a:

- a) 28 dias corridos de férias.
- b) 24 dias corridos de férias.
- c) 22 dias corridos de férias.
- d) 18 dias corridos de férias.
- e) 12 dias corridos de férias.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

59. Em dissídio individual, está sujeita ao reexame necessário decisão contrária à Fazenda Pública:

- a) fundada em súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- b) fundada em acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos.
- c) fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- d) fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
- e) nenhuma das anteriores.

60. No processo do trabalho, em relação ao depósito recursal, é correto afirmar que

- a) deve ser feito até o final do prazo do recurso quando se tratar de agravo de instrumento.
- b) será reduzido pela metade quando o recorrente for empregador doméstico
- c) será reduzido pela metade quando o recorrente for entidade filantrópica.
- d) não pode ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- e) excepcionalmente, será devido quando se tratar de sentença não condenatória.

61. Na Justiça do Trabalho, os honorários de sucumbência

- a) não são devidos em dissídios individuais envolvendo relação de emprego.
- b) não são devidos ao advogado que esteja atuando em causa própria.
- c) podem ser compensados quando houver procedência parcial.
- d) são devidos nas ações contra a Fazenda Pública.
- e) são devidos à parte sucumbente, sendo fixados entre o mínimo de 10% (dez) e o máximo de 20% (vinte).

62. Em relação a organização e competência da Justiça do Trabalho, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa CORRETA.

- a) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Congresso Nacional.
- b) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal.

c) Um quinto da composição dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho será formado por advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho, com mais de cinco anos de efetivo exercício e os demais, dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, com mais de cinco anos de efetivo exercício.

d) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho não são da competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Federal, por se tratar de modalidade tributária.

e) Sendo o empregado viajante, é competente a Vara do Trabalho da localidade onde houve a contratação, salvo se ele estiver imediatamente subordinado a uma filial, caso em que será competente a Vara em cuja jurisdição estiver situada a mesma filial ou o foro do domicílio do empregado.

63. Assinale a opção correta, relativamente às provas no processo do trabalho.

a) Nas demandas que envolvam relação de emprego, a parte requerente da perícia deve realizar prévio depósito para custeio dos honorários periciais.

b) Segundo o TST, são inválidos como meio de prova documentos apresentados por município em fotocópia não autenticada.

c) O município, quando for parte em processo trabalhista em procedimento sumaríssimo, pode apresentar, no máximo, duas testemunhas.

d) As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de intimação, mas, no procedimento sumaríssimo, caso falem, caberá à parte provar que as convidou.

e) A inspeção judicial, meio de prova realizado de ofício pelo juiz, independe de intimação prévia das partes.

DIREITO PENAL

64. Assinale a alternativa **incorreta** sobre os crimes de abuso de autoridade:

a) Todos os crimes de abuso de autoridade exigem elemento subjetivo especial do injusto.

b) Reputa-se agente público, para os efeitos da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/2019), todo aquele que exerce, desde que de forma permanente e remunerada, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional.

c) A perda do cargo, do mandato ou da função pública, como efeito da condenação, é condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.

d) A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

e) Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

65. João Afiado, prefeito da cidade, profere um discurso, na Câmara de Guarujá, em que diz que o sumiço de R\$ 40.000.000,00 da Prefeitura de Guarujá é responsabilidade de Lucas Ferreira, o mandatário anterior, dando detalhes sobre a realização do ato ilícito.

Alfonso Modesto, vereador de oposição ao prefeito, fala, da plateia, que João Afiado é um corrupto que gosta de desviar a atenção do público manchando a honra dos adversários, enquanto ele mesmo não fazia nada de bom ao Município.

Considerados os fatos narrados e que Lucas Ferreira foi absolvido, em sentença irrecorrível, por estar comprovado não ter sido ele autor do desvio das verbas públicas, assinale a alternativa correta:

a) João Afiado praticou o crime de difamação, enquanto Alfonso Modesto apresentou conduta que se subsume ao tipo do delito de injúria. Ambos possuem imunidade.

b) João Afiado praticou crime de denunciação caluniosa, enquanto Alfonso Modesto praticou o crime de difamação. Não possuem imunidade, dada a intenção de ofender a honra de outrem.

c) João Afiado tem sua conduta formalmente enquadrada no crime de calúnia. Já a fala de Alfonso Modesto, ao menos formalmente, se enquadra no tipo de difamação. Só Alfonso Modesto tem imunidade, por ser membro do Legislativo.

d) João Afiado praticou o crime de calúnia, enquanto Alfonso Modesto teve conduta que se enquadra, formalmente, no tipo de injúria, mas possui imunidade em razão do local da sua fala.

e) João Afiado possui imunidade e não responderá por sua conduta, que se enquadra formalmente no delito de falsa comunicação de crime. Alfonso Modesto praticou o crime de injúria, mas também não responderá por imunidade.

66. Analise as assertivas sobre os crimes contra a fé pública e marque a alternativa correta:

a) Quem insere, na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório incorre na modalidade equiparada ao crime de falsificação de documento público.

b) A lei equipara a documento público o cartão de crédito ou de débito.

c) Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, independentemente da finalidade do agente, configura o crime de falsidade ideológica.

d) Atestar ou certificar falsamente o Procurador Municipal, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem configura o crime de falsificação de documento público.

e) Caso o Procurador Municipal, em suas férias e sem vínculo com as funções, falsifique testamento particular, deverá responder pelo crime de falsificação de documento particular.

67. Eduardo Slow, como Procurador do Município de Guarujá, inseriu dados falsos a respeito de dívida ativa do Município, incluindo R\$ 1.000.000,00 como suposto valor devido por seu inimigo, Fernando Mondego, com intuito de prejudicá-lo. O Procurador-Chefe, entretanto, percebe a inclusão e a retira, sem que advenha nenhum dado a Fernando ou ao Município.

A conduta de Eduardo:

a) É penalmente atípica, já que não houve dano, mas pode configurar infração administrativa.

b) Crime tentado de inserção de dados falsos em sistema de informações, previsto no artigo 311-A do CP.

c) Crime consumado de inserção de dados falsos em sistema de informações, previsto no artigo 311-A do CP.

d) Crime contra a ordem tributária, previsto no artigo 3º da Lei 8.137/90, na forma tentada.

e) Delito consumado de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, previsto no artigo 313-B do CP.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

68. Em relação aos crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137/90), aponte a alternativa CORRETA:

a) apenas define os crimes contra a ordem tributária, deixando os crimes contra as relações de consumo no Código de Defesa do Consumidor.

b) quando o crime é praticado por funcionário público, a responsabilidade criminal dar-se-á exclusivamente pelo texto do Código Penal.

c) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.

d) se ocasionar grave dano à coletividade, será aplicada uma agravante.

e) os crimes dessa lei são de ação penal pública condicionada à requisição da Receita Federal ou Estadual.

69. Luan e Santana foram condenados pela prática de receptação culposa à pena de 1 ano de detenção no regime aberto, deixando o magistrado de substituir a pena de prisão por restritivas de direito. Conformados com a sentença condenatória os réus renunciaram ao direito de recorrer. Ocorre que, no último dia do prazo somente o advogado de Santana apresentou recurso de apelação. Os desembargadores não conheceram do recurso diante da renúncia expressa dos condenados.

Com base nas informações expostas, aponte a alternativa correta:

- a) Acertadamente agiram os desembargadores pois o direito de recorrer é personalíssimo.
- b) Os desembargadores agiram corretamente pois quando há divergência entre a vontade do cliente e do advogado deve prevalecer a do cliente.
- c) Os desembargadores erraram ao não conhecer o recurso de apelação pois deve prevalecer a vontade de quem deseja recorrer.
- d) Os desembargadores agiram errado ao não conhecer do recurso, no entanto ainda que conhecessem os efeitos da apelação seriam restritos ao réu cujo advogado apresentou recurso de apelação.
- e) N.D.A. é correta.

70. A respeito da Lei de Abuso de Autoridade (Lei n. 13.869/2019), aponte a alternativa que não contém um dispositivo da novatio legis:

- a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- b) Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.
- c) A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

d) A perda da função pública depende, exclusivamente, do trânsito em julgado da sentença penal condenatória por crime de abuso de autoridade.

e) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

71. sobre o procedimento judicial na Lei de Licitações, aponte a alternativa correta:

- a) Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública condicionada ao requerimento do ente federativo que foi vítima do crime de licitação, cabendo ao Ministério Público promovê-la.
- b) Não será admitida ação penal privada subsidiária da pública para os crimes envolvendo licitações de entes da administração direta.
- c) Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências instrutórias deferidas ou ordenadas pelo juiz, abrir-se-á, sucessivamente, o prazo de 15 (quinze) dias a cada parte para alegações finais.
- d) Da sentença cabe apelação, interponível no prazo de 10 (dez) dias.
- e) Qualquer pessoa poderá provocar, para os efeitos desta Lei, a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

72. A Lei Orgânica de Guarujá determina quais são os compromissos fundamentais pelos quais o Município de Guarujá será administrado. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a um deles:

- a) transparências de atos e ações;
- b) moralidade;
- c) participação popular;
- d) descentralização administrativa;
- e) dignidade da pessoa humana.

73. A respeito das competências do Município de Guarujá, assinale a alternativa correta:

- a) É competência privativa do Município criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação municipal.
- b) É competência privativa do Município ordenar as atividades urbanas, não podendo, porém, fixar condições e horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, sob pena de violar a livre iniciativa e livre concorrência.
- c) É competência comum do Município promover a proteção do patrimônio histórico, cultural e turístico local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual.
- d) É competência privativa do Município sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar sua utilização.
- e) Ao Município compete, em comum com a União e com os Estados e o Distrito Federal realizar programas de apoio às práticas desportivas.

74. Segundo o que prevê a Lei Orgânica do Município de Guarujá sobre os membros do poder legislativo municipal, é CORRETO afirmar:

- a) O vereador não pode desde a expedição do diploma, em qualquer hipótese, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou

empresa concessionária de serviço público municipal

- b) O servidor público municipal, no exercício da vereança, é inamovível de ofício pelo tempo de duração de seu mandato.
- c) A perda do mandato do vereador que sofrer condenação criminal com pena de reclusão, em sentença transitada em julgado será declarada pela Mesa da Câmara.
- d) Ocorre a extinção do mandato de vereador por perda ou por cassação.
- e) O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal perderá o mandato.

75. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma competência privativa do Prefeito estabelecida pela Lei Orgânica de Guarujá:

- a) apresentar ao Plenário da Câmara Municipal, até o dia vinte (20) de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior;
- b) editar medidas provisórias, com força de lei;
- c) permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros, na forma da lei;
- d) abrir crédito extraordinário nos casos de calamidade pública, em caráter excepcional, comunicando imediatamente o fato a câmara municipal.
- e) aplicar multas previstas em lei e contratos ou convênios, bem como relevá-las quando impostas irregularmente.

76. No que tange aos cargos em comissão, de acordo com a regulamentação posta pela Lei Complementar 135/12, assinale a alternativa correta:

- a) Os cargos de provimento em comissão são aqueles a serem ocupados por pessoa de confiança do Prefeito Municipal, em caráter transitório, exonerável a qualquer tempo, cujo provimento exige a aprovação em concurso público.
- b) Cabe aos servidores titulares dos cargos de que trata o caput deste artigo a tarefa de zelar pela transmissão e fiscalização da

implementação das diretrizes políticas do respectivo mandatário, mediante a ocupação de funções de direção, chefia e assessoramento.

c) É de 20% (vinte por cento), no mínimo, o percentual de Cargos em Comissão a serem ocupados por Servidores Efetivos da Prefeitura Municipal de Guarujá.

d) Os cargos em comissão serão organizados em Carreira e fazem jus ao pagamento de horas extras.

e) O Prefeito Municipal não poderá exonerar servidor ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração nas hipóteses de se tratar de servidora grávida ou de servidor que se encontra em cumprimento de Licença para Tratamento de Saúde.

77. A respeito da convocação, nomeação, posse e exercício, nos termos da LC 135/12, assinale a alternativa correta:

a) Convocação é ato administrativo de provimento originário de cargo público praticado pela autoridade municipal competente.

b) A posse deverá ser efetivada no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da publicação oficial do ato de nomeação, prorrogável, uma única vez, por igual período, a requerimento do interessado e a juízo de conveniência e oportunidade por parte Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Guarujá. Já o exercício do cargo terá início no primeiro dia útil após a data da posse.

c) Há posse mesmo nas hipóteses de readaptação e reintegração.

d) Em razão do princípio da transparência, a declaração de bens e valores que constituem o seu patrimônio, apresentada no ato da posse, deve ser mantida à disposição de qualquer interessado.

e) Exercício é o ato administrativo pelo qual a pessoa é investida em cargo público, passando a compor os quadros funcionais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Guarujá.

78. Considerando as disposições da LC 135/12 sobre o nepotismo, assinale a alternativa correta:

a) Não caracteriza nepotismo, nos termos previstos na LC 135/12, a contratação por tempo determinado para atender necessidade de excepcional interesse público se houver sido precedida de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal.

b) Constituem práticas de nepotismo na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município, entre outras, o exercício de cargo em comissão por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, de Vice-Prefeito Municipal.

c) Fica vedada a prática de nepotismo no Município de Guarujá, sendo abuláveis os atos assim caracterizados.

d) Não constitui prática de nepotismo na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município, o exercício de cargo em comissão ou de função gratificada, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, do Município do Guarujá.

e) Não constitui prática de nepotismo na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município, o exercício de cargo em comissão por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de Secretário Municipal.

79. A respeito da remuneração e das vantagens pecuniárias previstas na Lei Complementar 135/12, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O teto remuneratório do servidor público municipal, ativo ou inativo, incluídas todas as parcelas integrantes de seus vencimentos ou salários, incorporados ou não, na forma disciplinada na Constituição Federal, terá como limite máximo o subsídio atribuído ao Prefeito Municipal.

b) Ao servidor público efetivo que venha a exercer o cargo de Secretário Municipal ou de outro agente político fica garantida a opção pelo recebimento da remuneração do cargo de origem ou pelo recebimento do valor do respectivo subsídio.

c) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo público, com valor fixado em Lei.

d) As restituições e indenizações ao erário municipal, salvo disposição legal em contrário, serão descontadas em parcelas mensais, não excedentes a 20% (vinte por cento) da remuneração ou do provento do servidor.

e) Fica vedado o direito a incorporação de valores a remuneração de servidor que ocupe o cargo político de Secretário Municipal, em caráter efetivo.

d) O servidor público estará impedido de atuar em processo administrativo, dentre outras hipóteses, em que alguma das partes for credora ou devedora do servidor público, de seu cônjuge, companheiro(a) ou de parentes deste, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.

e) Não poderá participar de comissão responsável por concurso público ou de processo seletivo, do qual participe como candidatos inscritos, membros da família.

Gabarito: A

Comentários: Alternativa A incorreta. Não confunda os princípios com as finalidades. Regrar as possibilidades de conflito entre o interesse privado e os deveres funcionais dos servidores públicos municipais é uma das finalidades da existência das normas de conduta ética, conforme art. 415, inciso V. Os princípios estão previstos no art. 416.

Alternativa B correta, conforme art. 417, inciso V.

Alternativa C correta, conforme art. 418, inciso V.

Alternativa D correta, conforme art. 419, inciso VI.

Alternativa E correta, conforme art. 421.

80. Considerando as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o regime de conduta ética, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Regrar as possibilidades de conflito entre o interesse privado e os deveres funcionais dos servidores públicos municipais é um dos princípios que norteiam a atuação dos servidores públicos municipais.

b) Ser cortês, educado, disposto e atento, respeitando as capacidades e as limitações individuais dos demais servidores públicos e dos usuários do serviço público é um dos deveres éticos de todos os servidores públicos municipais.

c) É vedado ao servidor público municipal deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para o exercício de suas atividades.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PGM-Guarujá-08-03>



Conheça nossos cursos

Estratégia
Cursos PGM - Guarujá
Carreira Jurídica